



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL**  
**- ESTADO DE SÃO PAULO -**

Edifício "Prof. Wilde Souza Macedo"  
Rua Dr. Júlio de Faria, 448 - C.P. 92  
CEP 18.650-047 - São Manuel/SP  
Fone: 14 3842-3330  
Site: [www.camarasaomanuel.sp.gov.br](http://www.camarasaomanuel.sp.gov.br)

**EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – PROCESSO Nº 013/2024**

**AVISO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA** - A Câmara Municipal de São Manuel/SP, inscrita no CNPJ: 04.398.387/0001-37, torna público para conhecimento dos interessados que será realizada Dispensa de Licitação conforme o Aviso de Contratação Direta nº 012/2024 – Processo nº 013/2024, com critério de julgamento nos termos do artigo nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis que tem como objeto: MANUTENÇÃO MENSAL DO JARDIM (EXTERNO E INTERNO) E LIMPEZA DA CALHA DA COBERTURA DA COPA DA CÂMARA MUNICIPAL. Data e hora do recebimento das propostas: **24 de abril de 2024 às 08h00 à 29 de abril de 2024 às 08h00**, através do e-mail [camara@camarasaomanuel.sp.gov.br](mailto:camara@camarasaomanuel.sp.gov.br). O Aviso da Contratação Direta na sua íntegra está disponível em <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://www.camarasaomanuel.sp.gov.br/Licitacao>. São Manuel, 23 de abril de 2024. Renato Gomes. Agente de Contratação.

**INÍCIO DA PESQUISA: 24/04/2024, às 08h00**

**FIM DA PESQUISA: 29/04/2024, às 08h00**

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA:**

- 1.1 O objeto da presente Dispensa de Licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MENSAL DO JARDIM (EXTERNO E INTERNO) E LIMPEZA DA CALHA DA COBERTURA DA COPA DA CÂMARA MUNICIPAL.
- 1.2 O prazo da prestação dos serviços contratados será de 12 (dez) meses contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser este prazo prorrogado a critério da Câmara Municipal e em conformidade com a legislação aplicável, nomeadamente o art. 105 e art. 106 da Lei 14.133/21.
- 1.3 A definição dos quantitativos foi com parâmetro nos anos anteriores.

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	QTD.	CATMAT	UNID.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL R\$	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL R\$
1	MANUTENÇÃO DO JARDIM EXTERNO E INTERNO DA CÂMARA, BEM COMO A CALÇADA LATERAL DO ESTACIONAMENTO, INCLUINDO ADUBAÇÃO, PODAS DE LIMPEZA, ROÇAGEM E LIMPEZA DA CALHA DE COBERTURA DA CÂMARA MUNICIPAL.	SERV	---	12 MESES	452,50	5.430,00
Valor máximo estimado da contratação anual: R\$ 5.430,00						

**2. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO:**

- 2.1 A empresa fornecedora será selecionada mediante processo de Dispensa de Licitação de acordo com o inciso II do artigo 75 da Lei Federal 14.133/2021.
- 2.2 Compõem este aviso, além das condições específicas, os seguintes documentos:
- 2.2.1 ANEXO I – Termo de Referência
- 2.2.2 ANEXO II – Modelo de Proposta
- 2.2.3 ANEXO III – Modelo de Minuta

**3. CONDIÇÕES E ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO:**

- 3.1 A proposta de preços poderá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Aviso e deverá ser encaminhada ao seguinte e-mail: [camara@camarasaomanuel.sp.gov.br](mailto:camara@camarasaomanuel.sp.gov.br);
- 3.1.1 No caso do envio de proposta em modelo próprio do fornecedor, deverá conter no mínimo: CNPJ, Razão Social, Endereço, Telefone e E-mail do fornecedor; Validade da Proposta, Prazo de Entrega, Pagamento (sendo este realizado no mínimo em até 10 dias úteis).
- 3.1.2 É permitida a diligência para averiguação, conferência, complementação ou quaisquer outros procedimentos que venham a ser necessários para que a proposta esteja da maneira correta para o bom andamento do processo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

### - ESTADO DE SÃO PAULO -

Edifício "Prof. Wilde Souza Macedo"  
Rua Dr. Júlio de Faria, 448 - C.P. 92  
CEP 18.650-047 - São Manuel/SP  
Fone: 14 3842-3330  
Site: [www.camaraaomanuel.sp.gov.br](http://www.camaraaomanuel.sp.gov.br)

3.1.3 Poderão participar desta Dispensa empresas de qualquer porte, inclusive Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, classificados como tal nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e demais Empresas do ramo pertinente ao objeto licitado que atenderem a todas as exigências do Anexo I, Termo de Referência, inclusive quanto à documentação constante deste Aviso.

3.2 A proposta também deverá conter:

3.2.1 Declaração de que as despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal, transporte, fretes, encargos sociais, seguros e demais despesas inerentes à execução do objeto correrão totalmente por conta da empresa contratada.

3.2.2 Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

3.2.3 Declaração de que ao longo de toda a execução do contrato, a **CONTRATADA** deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

3.2.4 Declaração de que no presente ano-calendário não ocorreram celebrações de contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, marcas e modelos.

3.2.6 As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Aviso serão desclassificadas nas seguintes hipóteses:

3.2.6.1 Contiverem vícios insanáveis;

3.2.6.2 Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no presente aviso;

3.2.6.3 Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

3.2.6.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

3.2.6.5 Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do presente aviso, desde que insanável.

3.3 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

3.4 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos fornecedores que ela seja demonstrada.

3.5 Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários e totais estimativos, constantes neste aviso.

3.6 As vedações para disputa de dispensa de licitação, bem como as condições para participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa estão disciplinadas na Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamento próprio da Câmara Municipal de São Manuel, os quais aplicam-se ao presente processo.

3.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto conforme as condições, quantidades e exigências.

3.8 Na ocorrência de que uma ou mais empresas empatem, o desempate será procedido conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamento próprio da Câmara Municipal de São Manuel.

3.9 A escolha da proposta vencedora será efetuada pelo critério de menor preço, desde que o fornecedor atenda integralmente o disposto no presente documento e seus anexos.

3.10 Cotação de preço em moeda nacional, correspondente ao objeto da licitação, conforme modelo da proposta integrante deste Edital.

#### 4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

As obrigações das partes estão dispostas no Termo de Referência que integram este aviso como anexo.

#### 5. CONTRATAÇÃO

5.1. Após a autorização da dispensa de licitação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

5.2. O fornecedor terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou aceitar/receber instrumento equivalente, conforme o caso (nota de empenho/carta contrato/autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste documento.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL**  
**- ESTADO DE SÃO PAULO -**

Edifício "Prof. Wilde Souza Macedo"  
Rua Dr. Júlio de Faria, 448 - C.P. 92  
CEP 18.650-047 - São Manuel/SP  
Fone: 14 3842-3330  
Site: [www.camarasaomanuel.sp.gov.br](http://www.camarasaomanuel.sp.gov.br)



- 5.3. O termo de contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente será enviado via endereço eletrônico, especificamente no e-mail informado na proposta de preços.
- 5.4. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação/recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor vencedor e aceita pela Administração.
- 5.5. O aceite/recebimento do Termo de Contrato ou do instrumento equivalente, emitida à empresa Contratada, implica no reconhecimento de que:
- 5.5.1 Quando instrumento equivalente, este estará substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida nas disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 5.5.2 A **CONTRATADA** se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste documento e seus anexos;
- 5.5.3 A **CONTRATADA** reconhece que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 5.5.4 O aceite/recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser efetuado via e-mail pelo fornecedor.
- 5.6 O prazo total de vigência da contratação será formado conforme estipulado no termo de referência.
- 5.7 No ato de assinatura do contrato ou do aceite/recebimento do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência.

## **6. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 6.1. Poderá a Câmara Municipal de São Manuel revogar o presente processo de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
- 6.2. A Câmara Municipal de São Manuel deverá anular o presente processo de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
- 6.3. A anulação do procedimento de Dispensa de Licitação, não gera direito à indenização, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 6.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Câmara Municipal de São Manuel.
- 6.5. O procedimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
- 6.6. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá, a seu critério, republicar o presente aviso com uma nova data e receber novas propostas.
- 6.7. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste neste documento, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 6.8. Na circunstância do item anterior, o prazo de envio dos documentos de habilitação será igualmente prorrogado.
- 6.9. Os dias e horários estabelecidos no presente aviso observarão o fuso horário de Brasília- DF.
- 6.10. As normas disciplinadoras deste documento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 6.11. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 6.12. Em caso de divergência entre disposições deste documento e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

São Manuel, 23 de abril de 2024

---

PEDRO LUIZ BIANDAN  
Presidente



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL**  
**- ESTADO DE SÃO PAULO -**

Edifício "Prof. Wilde Souza Macedo"  
Rua Dr. Júlio de Faria, 448 - C.P. 92  
CEP 18.650-047 - São Manuel/SP  
Fone: 14 3842-3330  
Site: www.camaraomanuel.sp.gov.br

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO – PROCESSO Nº 013/2024**

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA:**

O objeto da presente Dispensa de Licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MENSAL DO JARDIM (EXTERNO E INTERNO) E LIMPEZA DA CALHA DA COBERTURA DA COPA DA CÂMARA MUNICIPAL.

**2. JUSTIFICATIVA:**

A CONTRATAÇÃO VISA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO REFERENTE AOS SERVIÇOS DE JARDINAGEM, BEM COMO A LIMPEZA DA CALHA DA COBERTURA DA COPA DA CÂMARA MUNICIPAL, EVITANDO, ASSIM, O ENTUPIAMENTO DA MESMA.

**3. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO:**

Apresentam-se a seguir as especificações consideradas para a contratação do serviço:

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	QTD.	CATMAT	UNID.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL R\$	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL R\$
1	MANUTENÇÃO DO JARDIM EXTERNO E INTERNO DA CÂMARA, BEM COMO A CALÇADA LATERAL DO ESTACIONAMENTO, INCLUINDO ADUBAÇÃO, PODAS DE LIMPEZA, ROÇAGEM E LIMPEZA DA CALHA DE COBERTURA DA CÂMARA MUNICIPAL.	SERV	---	12 MESES	452,50	5.430,00
Valor máximo estimado da contratação anual: R\$ 5.430,00						

**4. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:**

A **CONTRATADA** deverá realizar o serviço no prazo de até 03 (três) dias úteis, após solicitação de representante da Câmara, no endereço: Rua Dr. Júlio de Faria, 448 – Centro – São Manuel/SP – CEP 18.650-047 no horário das 08h00 às 17h00.

**5. MEMÓRIA DE CÁLCULO E PARÂMETROS PARA COLETA DA PESQUISA DE MERCADO:**

O quantitativo foi mensurado tendo como base o Documento de Formalização de Demanda (Requisição) anexado aos autos do processo, não tendo no momento outro objeto compatível para ser inserido ao mesmo processo de compra. Para aferição do preço máximo aceitável, realizou-se pesquisas de preços diretamente com empresas especializadas do ramo.

**6. DA ACEITABILIDADE DOS PREÇOS:**

A aceitabilidade de preços será aferida a partir dos valores médios de mercado vigentes apurados mediante pesquisa realizada pela Câmara Municipal de São Manuel, juntada aos autos. Não serão aceitas propostas com valores acima do valor máximo aceitável (preço médio ou estimado) constante neste termo de referência.

**7. CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:**

O custo estimado total da contratação é de R\$ 5.430,00 (cinco mil quatrocentos e trinta reais), conforme custos totais para o período de 12 meses, apostos na tabela acima.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL**

### **- ESTADO DE SÃO PAULO -**

Edifício "Prof. Wilde Souza Macedo"  
Rua Dr. Júlio de Faria, 448 - C.P. 92  
CEP 18.650-047 - São Manuel/SP  
Fone: 14 3842-3330  
Site: [www.camarasaomanuel.sp.gov.br](http://www.camarasaomanuel.sp.gov.br)

#### **8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas oriundas desta contratação ocorrerão por conta da seguinte dotação do orçamento vigente: Dotação Ficha 11 - 3.3.90.39.78 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO.

#### **9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

##### **9.1 Sustentabilidade:**

Com relação a todos os objetos, quando considerados inservíveis, deverão ser descartados seguindo as normas e regulamentações vigentes.

##### **9.2 Garantia financeira da contratação:**

Não haverá exigência da garantia financeira da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21 pelas razões abaixo justificadas:

- a) Trata-se de objeto onde sua medição será realizada de forma única;
- b) Para evitar ônus excessivo e desnecessário às contratadas;
- c) Em caso de não entrega sem devida justificativa acatada, serão aplicadas as sanções administrativas.

##### **9.3 Subcontratação:**

Em nenhuma hipótese poderá subcontratar os serviços objeto do presente contrato sem autorização expressa da CONTRATANTE.

#### **10. EXECUÇÃO DO OBJETO:**

10.1 A entrega do objeto pela **CONTRATADA** é considerada de entrega imediata.

10.2 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

#### **11. FORMA DE PAGAMENTO:**

Prazo máximo de 10 dias úteis após apresentação de nota fiscal eletrônica, a ser encaminhada, via e-mail, no endereço: [contabilidade@camarasaomanuel.sp.gov.br](mailto:contabilidade@camarasaomanuel.sp.gov.br), juntamente com o arquivo XML.

#### **12. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DOS FORNECEDORES**

12.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

12.2 O objeto deste processo é considerado comum, podendo ser especificado e quantificado conforme necessidades internas da casa.

12.3 A pesquisa de preços será realizada por dispensa eletrônica através do e-mail: [camara@camarasaomanuel.sp.gov.br](mailto:camara@camarasaomanuel.sp.gov.br), seguindo modelo de proposta conforme Anexo II deste Termo de Referência ou, em caso de modelo próprio do fornecedor, deverá conter todos os dados exigidos deste documento.

12.4 As propostas enviadas serão verificadas e submetidas à análise das especificações técnicas dos itens solicitados. As propostas que não atenderem as especificações, não tiverem a amostra aprovada pela UF (Unidade Fiscalizadora) e/ou estiverem acima do valor máximo aceitável (preço médio), serão desclassificadas.

12.5 Poderá haver negociação com os fornecedores, a critério do agente de contratação, visando economicidade e vantajosidade para a Câmara Municipal de São Manuel.

#### **13. HABILITAÇÃO**

Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

##### **13.1 Habilitação jurídica:**

Será exigida uma das comprovações abaixo, dependendo da natureza do fornecedor:

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

### - ESTADO DE SÃO PAULO -

Edifício "Prof. Wilde Souza Macedo"  
Rua Dr. Júlio de Faria, 448 - C.P. 92  
CEP 18.650-047 - São Manuel/SP  
Fone: 14 3842-3330  
Site: [www.camarasaomanuel.sp.gov.br](http://www.camarasaomanuel.sp.gov.br)

- b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomeendedor.gov.br](http://www.portaldomeendedor.gov.br);
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;
- g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

### 13.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

Será exigida todas as comprovações abaixo:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;
- b) Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

### 13.3 Prazo para regularização

Sendo o primeiro colocado, enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte e houver restrição quanto à comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, o agente de contratação concederá 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de encerramento do processo e comunicado oficial à empresa irregular. A data pode ser prorrogável por igual período, a critério da Câmara Municipal de São Manuel, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A não regularização no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei, procedendo-se à convocação dos demais licitantes.

### 13.4 Documentos dispensados

Tendo em vista que o objeto a ser contratado se trata de serviço comum e não demanda alta complexidade em sua execução, bem como seu valor é de pequeno vulto, estando abaixo de ¼ (um quarto) do limite para dispensa de licitação, os documentos de habilitação terão exigência mínima conforme art. 70, inciso III da lei 14133/2021.

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

### 13.5 Consultas dos documentos de habilitação

13.5.1 Por questões de celeridade do processo, visando vantajosidade ao órgão, ficará a encargo do agente de contratação, quando disponível em sítios eletrônicos oficiais, realizar a consulta, comprovação e arquivamento dos documentos de habilitação referente à empresa vencedora.

13.5.2 Previamente à celebração da contratação com a empresa vencedora, conforme artigo 91, parágrafo 4º, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para tal, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Relação de Apenados, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria Geral da União; (<https://certidoes.cgu.gov.br/>)
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria Geral da União. (<https://certidoes.cgu.gov.br/>)



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL**  
**- ESTADO DE SÃO PAULO -**

Edifício "Prof. Wilde Souza Macedo"  
Rua Dr. Júlio de Faria, 448 - C.P. 92  
CEP 18.650-047 - São Manuel/SP  
Fone: 14 3842-3330  
Site: [www.camaraaomanuel.sp.gov.br](http://www.camaraaomanuel.sp.gov.br)

d) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos (TCU)  
(<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:8108111509806::NO:3,4,6::>)

13.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.7 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.8 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação, a qual deverá ser realizada em um prazo de 3 (três) dias úteis.

13.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.11 A proposta de menor valor que atenda as especificações, não estiver listada nas empresas inadimplentes e estiver devidamente habilitada será eleita a vencedora do processo de compra.

13.12 Os orçamentos enviados durante a fase de recebimento de propostas e demais documentos pertinentes ao processo, poderão ser solicitados ao agente de contratação por qualquer pessoa (participante ou não) para averiguação e análise conforme medidas de transparência e veracidade do processo, obedecendo como parâmetros as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

#### **14. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Menor preço, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

14.1 Em caso de empate:

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os parâmetros do art. 60 da lei 14.133/2021.

#### **15. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

##### **15.1. Caberá a CONTRATANTE:**

15.1.1. Acompanhar, controlar e avaliar a prestação de serviço ou entrega dos produtos, observando os padrões de qualidade e segurança exigidas, através da unidade responsável por esta atribuição.

15.1.2. Efetuar os pagamentos decorrentes dos serviços executados, conforme condições acordadas.

15.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

15.1.4. Quando solicitado, fornecer todas as informações necessárias para execução dos trabalhos.

15.1.5. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação do serviço.

15.1.6. Poderá exigir, a qualquer tempo, a substituição de produtos que julgar insuficientes, inadequados ou prejudiciais; ou exigir que o serviço seja refeito ou complementado para sanar as especificações exigidas.

##### **15.2. Caberá a CONTRATADA:**

15.2.1. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do serviço ou entrega dos produtos e cumprir fielmente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

15.2.2. Manter, durante o período de vigência da contratação, todas as obrigações assumidas nesta contratação e as condições de habilitação exigidas.

15.2.3. Promover a execução do serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos ou exigências com relação a especificação técnica dos produtos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

15.2.4. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE.

15.2.5. Adotar medidas para a prestação de serviços solicitada ou entrega dos produtos, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE.

15.2.6. Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas e horários e locais de realização acordados.

15.2.7. Refazer, complementar o serviço executado ou substituir o produto que não atenda ao disposto no Termo de Referência, sem direito a ressarcimento e sem ônus para a CONTRATANTE.





15.2.8. Em nenhuma hipótese poderá subcontratar os serviços objeto do presente contrato sem autorização expressa da CONTRATANTE

15.2.9. No caso de ocorrência de fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com outra empresa, o termo de formalização do ato deverá ser enviado à **CONTRATANTE** para fins de aprovação ou rejeição, objetivando a análise da continuidade do contrato.

15.2.10. As despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal, transporte, fretes, encargos sociais, seguros e demais despesas inerentes à execução do objeto correrão totalmente por conta da empresa Contratada, bem como a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

15.2.11. A **CONTRATADA** responderá civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a **CONTRATANTE** e/ou para terceiros.

15.2.12. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir.

15.2.13. Ao longo de toda a vigência da contratação, a **CONTRATADA** deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

## **16.DAS PENALIDADES**

16.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer as seguintes infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021:

16.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;

16.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato ou instrumento equivalente;

16.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.1.5. Não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

16.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a tramitação da dispensa ou a execução do contrato ou instrumento equivalente;

16.1.8. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou instrumento equivalente;

16.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta dispensa;

16.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

16.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.2.1. Advertência pela falta do subitem 16.3.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.2. Multa de 30 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 16.1.1 a 16.1.3;

16.2.3. Multa de 20 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 16.1.4 a 16.1.11;

16.2.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 16.1.2 a 16.1.6 deste documento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1.7 a 16.1.11, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

16.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.4. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.6. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos.





**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL**  
**-ESTADO DE SÃO PAULO-**



Edifício "Prof. Wilde Souza Macedo"  
Rua Dr. Júlio de Faria, 448 - C.P. 92  
CEP 18.650-047 - São Manuel/SP  
Fone: 14 3842-3330  
Site: [www.camarsaomanuel.sp.gov.br](http://www.camarsaomanuel.sp.gov.br)

16.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário.

#### **17.DOS CASOS DE EXTINÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

18.1. As hipóteses de extinção da contratação são, no que couber, as previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21.

18.2. No caso de extinção contratual, os direitos da Administração são, no que couber, os previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/21.

#### **18. DAS OMISSÕES:**

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os interesses das partes, obedecidas as regras do Direito Público e Privado vigentes.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL**  
**- ESTADO DE SÃO PAULO -**

Edifício "Prof. Wilde Souza Macedo"  
Rua Dr. Júlio de Faria, 448 - C.P. 92  
CEP 18.650-047 - São Manuel/SP  
Fone: 14 3842-3330  
Site: www.camaraaomanuel.sp.gov.br

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**  
**PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2024**  
**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 012/2024**

**OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA:**

O objeto da presente Dispensa de Licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MENSAL DO JARDIM (EXTERNO E INTERNO) E LIMPEZA DA CALHA DA COBERTURA DA COPA DA CÂMARA MUNICIPAL.

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	QTD.	CATMAT	UNID.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	MANUTENÇÃO DO JARDIM EXTERNO E INTERNO DA CÂMARA, BEM COMO A CALÇADA LATERAL DO ESTACIONAMENTO, INCLUINDO ADUBAÇÃO, PODAS DE LIMPEZA, ROÇAGEM E LIMPEZA DA CALHA DE COBERTURA DA CÂMARA MUNICIPAL.	SERV	---	12 MESES		
Valor máximo estimado da contratação anual: R\$						

CNPJ:	
Razão Social:	
Endereço:	
Telefone:	
E-Mail:	

Validade da Proposta:	
Prazo de Entrega:	Conforme solicitação – Termo de Referência.
Pagamento:	Até 10 dias úteis após emissão da Nota Fiscal de Venda e emissão do atestado de recebimento definitivo. Conforme Termo de Referência.

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal, transporte, fretes, encargos sociais, seguros e demais despesas inerentes à execução do objeto correrão totalmente por conta da empresa contratada; Nesta proposta, compreendem também a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Declaro que ao longo de toda a execução do contrato será cumprida a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Declaro que no presente ano-calendário não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Nome e Assinatura do Responsável pelo Orçamento  
CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL**  
**- ESTADO DE SÃO PAULO -**

Edifício "Prof. Wilde Souza Macedo"  
Rua Dr. Júlio de Faria, 448 - C.P. 92  
CEP 18.650-047 - São Manuel/SP  
Fone: 14 3842-3330  
Site: [www.camarasaomanuel.sp.gov.br](http://www.camarasaomanuel.sp.gov.br)

**ANEXO III**  
**MODELO DE MINUTA**

MINUTA DE **CONTRATO Nº 013/2024** QUE ENTRE SI CELEBRAM, CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL E A EMPRESA **XXXXXXXXXXXXX**, CNPJ: **XXXXXXXXXXXXX** – OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MENSAL DO JARDIM (EXTERNO E INTERNO) E LIMPEZA DA CALHA DA COBERTURA DA COPA DA CÂMARA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento, a CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL, CNPJ: 04.398.387/0001-37, denominada "**CONTRATANTE**" com sede na Rua Dr. Júlio de Faria, 448 – Centro – São Manuel/SP – CEP 18.650-047, neste ato representada pelo seu Presidente, o Sr. PEDRO LUIZ BIANDAN, portador da cédula de identidade RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED], a seguir, e **XXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº **XXXXXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXX**, neste ato por seu Sócio, o Sr. **XXXXXXXXXX**, empresário, portador do RG nº xxxxxxxxxxxx e do CPF nº xxxxxxxxxxxx, a seguir denominada **CONTRATADA**, fica justo e acertado o contrato, firmado com amparo no **Processo de Dispensa de Licitação nº 013/2024 - Aviso de Contratação Direta nº 012/2024**, com fundamento no artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas atualizações, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de manutenção mensal do jardim (externo e interno) e limpeza da calha da cobertura da copa da Câmara Municipal, conforme Anexo I - Termo de Referência.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

2.1. Em decorrência dos serviços mencionados na cláusula anterior, a **CONTRATADA** se obriga prestar os serviços previstos no Anexo I - Termo de Referência, através de equipamentos próprios da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com a legislação vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO E DO REAJUSTE**

4.1. O valor estimado do contrato é de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXXX) para o período de 12 (doze) meses.

4.2. O preço fixado na cláusula anterior será reajustado anualmente com base na Legislação Federal, utilizando como referência o IGPM ou na falta desse, qualquer outro índice oficial que reflita a inflação.

4.3. Eventuais descontos a serem concedidos à **CONTRATANTE**, decorrentes de normas internas da **CONTRATADA**, serão aplicados sobre os valores da tabela de preços vigente.

**CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

5.1. Pelos serviços ora contratados, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a quantia mensal o valor de R\$ xxxxxx (XXXXXXXXXXXXX) mensais, totalizando o presente contrato em R\$ xxxxxxxxxxxx(xxxxxxxxxxxxx) ao ano.

5.2. A **CONTRATADA** deverá emitir mensalmente nota fiscal eletrônica correspondente ao serviço prestado e encaminhada à **CONTRATANTE**, via endereço eletrônico no endereço: [contabilidade@camarasaomanuel.sp.gov.br](mailto:contabilidade@camarasaomanuel.sp.gov.br), juntamente com o arquivo XML, cujos vencimentos dar-se-ão em até 10 (dez) dias úteis a contar de suas emissões.

5.3. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente alguma incorreção, o documento será devolvido à **CONTRATADA** e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais o **CONTRATANTE**.

5.4. A **CONTRATANTE**, passará a reter na fonte, o Imposto de Renda que incidir sobre o pagamento a



# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

## - ESTADO DE SÃO PAULO -

Edifício "Prof. Wilde Souza Macedo"  
Rua Dr. Júlio de Faria, 448 - C.P. 92  
CEP 18.650-047 - São Manuel/SP  
Fone: 14 3842-3330  
Site: [www.camaraomanuel.sp.gov.br](http://www.camaraomanuel.sp.gov.br)

prestadores de serviços ou fornecedores de bens de forma ampla. A medida cumpre a alteração feita pela Receita Federal, com a Instrução Normativa 2145/2023.

§ 1º- Os fornecedores e prestadores de serviços devem informar, no corpo da nota fiscal ou em campo apropriado, a alíquota aplicável e o valor da retenção do IR. As empresas amparadas por benefícios ou imunidades fiscais (isenção, incidência ou alíquota zero) também devem informar e comprovar o enquadramento no documento fiscal. Caso isso não ocorra, a retenção será feita sobre o valor total da nota, no percentual correspondente à sua atividade.

§ 2º- Os Microempreendedores Individuais (MEIs), microempresas e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional não estão sujeitos à retenção na fonte.

§ 3º- A alíquota da retenção que deve ser adotada está disponível no anexo I da Instrução Normativa 1234/2012 e suas alterações posteriores, da Receita Federal.

5.5. A cobrança das notas fiscais emitidas contra a **CONTRATANTE** será feita através de boletos bancários, depósitos ou transferências eletrônicas, que serão enviados à **CONTRATANTE**, via endereço eletrônico, sendo que, a **CONTRATANTE** se compromete a manter atualizado seu cadastro junto à **CONTRATADA**.

5.6. Os pagamentos efetuados com atraso serão acrescidos de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura e de juros de 1,0% (um por cento) ao mês, calculados *pro-rata-die* até a data do efetivo pagamento.

5.7. A partir do 30º (trigésimo) dia de atraso no pagamento, será suspensa a transmissão e o recebimento de arquivos pelo sistema *on-line*, devendo a **CONTRATANTE** efetuar o pagamento integral do débito existente, a fim de viabilizar o restabelecimento do serviço.

### CLÁUSULA SEXTA – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

6.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da **Dotação Orçamentária** Ficha 11 - 3.3.90.39.78 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, referente à conta dos recursos consignados no orçamento econômico-financeiro da **CONTRATANTE**, estimando-se o valor de R\$ XXXXXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) para o período de 12 (doze) meses, para fins de controle orçamentário, previsão financeira, representação legal e eventuais penalidades.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### 7.1. Caberá a **CONTRATANTE**:

7.1.1. Acompanhar, controlar e avaliar a prestação de serviço ou entrega dos produtos, observando os padrões de qualidade e segurança exigidas, através da unidade responsável por esta atribuição.

7.1.2. Efetuar os pagamentos decorrentes dos serviços executados, conforme condições acordadas.

7.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

7.1.4. Quando solicitado, fornecer todas as informações necessárias para execução dos trabalhos.

7.1.5. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação do serviço.

7.1.6. Poderá exigir, a qualquer tempo, a substituição de produtos que julgar insuficientes, inadequados ou prejudiciais; ou exigir que o serviço seja refeito ou complementado para sanar as especificações exigidas.

#### 7.2. Caberá a **CONTRATADA**:

7.2.1. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do serviço ou entrega dos produtos e cumprir fielmente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.2.2. Manter, durante o período de vigência da contratação, todas as obrigações assumidas nesta contratação e as condições de habilitação exigidas.

7.2.3. Promover a execução do serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos ou exigências com relação a especificação técnicas dos produtos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

7.2.4. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela **CONTRATANTE**.

7.2.5. Adotar medidas para a prestação de serviços solicitada ou entrega dos produtos, observando todas as condições e especificações aprovadas pela **CONTRATANTE**.

7.2.6. Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas e horários e locais de realização acordados.

7.2.7. Refazer, complementar o serviço executado ou substituir o produto que não atenda ao disposto no Termo de Referência, sem direito a ressarcimento e sem ônus para a **CONTRATANTE**.



7.2.8. Em nenhuma hipótese poderá subcontratar os serviços objeto do presente contrato sem autorização expressa da **CONTRATANTE**.

7.2.9. No caso de ocorrência de fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com outra empresa, o termo de formalização do ato deverá ser enviado à **CONTRATANTE** para fins de aprovação ou rejeição, objetivando a análise da continuidade do contrato.

7.2.10. As despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal, transporte, fretes, encargos sociais, seguros e demais despesas inerentes à execução do objeto correrão totalmente por conta da empresa Contratada, bem como a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

7.2.11. A **CONTRATADA** responderá civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a **CONTRATANTE** e/ou para terceiros.

7.2.12. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir.

7.2.13. Ao longo de toda a vigência da contratação, a **CONTRATADA** deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer as seguintes infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato ou instrumento equivalente;

8.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.5. Não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

8.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a tramitação da dispensa ou a execução do contrato ou instrumento equivalente;

8.1.8. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou instrumento equivalente;

8.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta dispensa;

8.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.2.1. Advertência pela falta do subitem 8.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Multa de 30 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.3;

8.2.3. Multa de 20 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.4 a 8.1.11;

8.2.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.6 deste documento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.11, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

8.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.4. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.6. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL**  
**- ESTADO DE SÃO PAULO -**

Edifício "Prof. Wilde Souza Macedo"  
Rua Dr. Júlio de Faria, 448 - C.P. 92  
CEP 18.650-047 - São Manuel/SP  
Fone: 14 3842-3330  
Site: www.camarasaomaniel.sp.gov.br

8.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário.

**CLÁUSULA NOVA – DA RESCISÃO**

9.1. As hipóteses de extinção da contratação são, no que couber, as previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21.

9.2. No caso de extinção contratual, os direitos da Administração são, no que couber, os previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Fica a **CONTRATADA** obrigada a aceitar acréscimos e supressões, nas mesmas condições contratuais, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelece o artigo 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. Eventual alteração contratual será formalizada mediante termo aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Manuel, SP, para dirimir quaisquer questões atinentes ao presente instrumento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente termo em 02 vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

São Manuel, xx de xxxxx de 2024.

\_\_\_\_\_  
**PEDRO LUIZ BIANDAN**  
Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CNPJ: XXXXXXXXXXXXX

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL**  
**- ESTADO DE SÃO PAULO -**

Edifício "Prof. Wilde Souza Macedo"  
Rua Dr. Júlio de Faria, 448 - C.P. 92  
CEP 18.650-047 - São Manuel/SP  
Fone: 14 3842-3330  
Site: www.camaraomanuel.sp.gov.br

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**  
**(ATOS DE PESSOAL)**

**ÓRGÃO OU ENTIDADE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL  
**PROCESSO Nº (DE ORIGEM):** PROCESSO DE DISPENSA Nº 013/2024  
**GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:** ADRIANO DE OLIVEIRA E SILVA  
**RESPONSÁVEL PELO ATO:** PEDRO LUIZ BIANDAN  
**INTERESSADOS:** CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL e XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.  
**ADVOGADO:** LUCAS DANILO CELESTINO CAETANO – OAB: 320.031

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) O ato do processo acima referido, objetivando seu registro pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, será objeto de prévia análise, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, cabendo, para tanto, procedermos à regular habilitação no Sistema de Processo Eletrônico, na conformidade do quanto estabelece a Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pelo órgão/entidade e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);
- e) As informações pessoais do(a) interessado(a) deverão ser mantidas no órgão/entidade de origem para eventual solicitação do TCESP;
- f) No caso de habilitação do interessado(a) no Sistema de Processo Eletrônico, os dados informados deverão manter-se sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Manuel, xx de xxxxxx de 2024

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: Pedro Luiz Biandan  
Cargo: Presidente da Câmara Municipal de São Manuel  
CPF nº [REDACTED]

**RESPONSÁVEL PELO ATO E ORDENADOR DA DESPESA**

Nome: Pedro Luiz Biandan  
Cargo: Presidente da Câmara Municipal de São Manuel  
CPF nº [REDACTED]  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL POR AÇÕES DE COORDENAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

Nome: Adriano de Oliveira e Silva  
Cargo: Analista Legislativo  
CPF: [REDACTED]  
Assinatura: \_\_\_\_\_





**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL**  
**-ESTADO DE SÃO PAULO-**



Edifício "Prof. Wilde Souza Macedo"  
Rua Dr. Júlio de Faria, 448 - C.P. 92  
CEP 18.650-047 - São Manuel/SP  
Fone: 14 3842-3330  
Site: [www.camaraomanuel.sp.gov.br](http://www.camaraomanuel.sp.gov.br)

---

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO**

Nome: Renato Gomes

Cargo: Auxiliar de Contabilidade

CPF: [REDACTED]

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL POR PRESTAÇÕES DE CONTAS**

Nome: Adriano de Oliveira e Silva

Cargo: Analista Legislativo

CPF: [REDACTED]

Assinatura: \_\_\_\_\_

**REPRESENTANTES LEGAIS EMPRESA CONTRATADA:**

Representante Legal: Anderson Dega

Cargo: xxxxxx

CPF: xxxxxxxxx

Data de Nascimento: xxxxxxxxxxxxx

Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxxx

E-mail institucional: xxxxxxxxxxxxxxxxx

Telefone: xxxxxxxxxxxxxxxxx

Assinatura: \_\_\_\_\_